

-----ATA NÚMERO 8/2019-----

**REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DO FUNCHAL,
REALIZADA EM VINTE E UM DE FEVEREIRO DO ANO DOIS MIL
E DEZANOVE.**-----

-----Aos vinte e um dias do mês de fevereiro do ano dois mil e dezanove, nesta Cidade do Funchal, Edifício dos Paços do Município e Sala de Reuniões, reuniu a Câmara Municipal, pelas dez horas, sob a Presidência do Vice-Presidente, Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia, estando presentes os Vereadores: Rubina Maria Branco Leal Vargas, Jorge Miguel do Vale Fernandes, Idalina Perestrelo Luís, Joana Carolina Oliveira da Silva, Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, Ana Cristina Monteiro dos Santos, Bruno Ferreira Martins, Elias Rodrigues Homem de Gouveia e João Pedro Mendonça Vieira. A secretariar esteve presente Catarina Isabel Sousa Pereira, Chefe de Divisão do Atendimento e Administração.-----

---Presente, ainda, Thierry Proença dos Santos, da Confiança, que nos termos e ao abrigo do disposto nos artigos 78º e 79º da Lei número 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei número 5-A/2002, de 11 de janeiro, preenche a vaga ocorrida nesta reunião pela ausência do Presidente da Câmara.-----

---Além dos acima referenciados, estiveram igualmente presentes nesta Reunião, os Adjuntos do Gabinete de Apoio à Vereação, Sandra Silva, Sandra Machado e João Beja.-----

-----Verificado o quórum, o Vice-Presidente da Câmara declarou

aberta a reunião.-----

APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR: - Foi dispensada a leitura da ata da reunião anterior a qual, previamente distribuída em minuta aos Vereadores, foi aprovada por unanimidade.-----

-----**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

INTERVENÇÃO DA VEREAÇÃO: - Ao iniciar este período, o Vereador João Pedro Vieira, da Confiança, deu conhecimento do “3º Encontro Nacional das Cidades e Vilas Resilientes”. Esclareceu que “é uma rede onde o Funchal está integrado, tratando-se de um projeto a nível europeu, com projeção a nível nacional e depois ao nível local, sendo coordenado pela Associação Nacional de Proteção Civil. O Funchal aderiu a esta plataforma há dois anos e candidatou-se para a organização do evento, neste ano, numa data importante com o assinalar de 9 anos sobre uma tragédia que assolou a Região e a cidade do Funchal em particular. Neste evento, decorrerão um conjunto de sessões, workshops e uma visita de campo. Esta iniciativa é direcionada principalmente para os profissionais e técnicos da Proteção Civil. No entanto, pretendeu-se a realização de uma sessão que fosse aberta ao público em geral, sobre os desafios futuros da Proteção Civil. Informo ainda que será feito um resumo das várias discussões ao longo destes dias e posteriormente será remetido à restante Vereação. Amanhã, será feita uma visita guiada a alguns pontos da cidade, nomeadamente às obras de consolidação de escarpas e às intervenções que têm vindo a ser feitas nas zonas que sofreram

mais impactos, quer com a aluvião quer com os incêndios, estendendo o convite aos restantes vereadores presentes”.-----

----- - Usando da palavra, o Vereador Bruno Martins, da Confiança, por sua vez, abordou o “Projeto MATCH-UP”, referindo ser esta uma iniciativa com financiamento comunitário que atribuiu ao Município uma verba para investimentos, que venham promover a conjugação entre modos de transporte sustentáveis, com especial destaque para a mobilidade urbana. “Estiveram presentes neste encontro representantes de cidades da Irlanda, Alemanha, Roménia e Itália e resultou na partilha de experiências de sucesso de maneira a que o Funchal possa continuar a pensar, planear e trabalhar de forma sustentável e a atuar cada vez melhor no sentido de sensibilizar os cidadãos para os benefícios económicos, sociais e ambientais da mobilidade sustentável”, frisou.-----

----- - Intervindo, a Vereadora Rubina Leal, do PSD, disse ter sido notificada pelo Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal remetido para a Câmara, sobre um processo antigo, o qual não lhe foi entregue. “Recebi, entretanto, outra notificação a informar da decisão judicial. Nesse processo consta uma nota como se tivesse recusado receber as cartas. Chamo a atenção para o facto de sermos Vereadores nesta Câmara e que não poderei ser penalizada por não tê-las recebido e quando são endereçadas ao Município do Funchal. É como se me recusasse a receber o que não é o caso”, acrescentou.-----

----- - O Vice-Presidente, Miguel Gouveia, disse ter sido esta a primeira vez que teve conhecimento de tal situação e que iria averiguar os motivos pelos quais as notificações não foram entregues, referindo não ser este o “modus operandi” da Câmara do Funchal.-----

-----Retomando a palavra, a Vereadora Rubina Leal, do PSD, referiu que “existem algumas manifestações e nós percebemos que os próprios funcionários desta “casa” têm algum medo em falar connosco e não se aproximam, possivelmente por questões partidárias e nós sentimos isso, mas têm que nos entender e aceitar como Vereadores porque somos, e fomos eleitos.”-----

----- - Relativamente à primeira questão, o Vice-Presidente, Miguel Gouveia, referiu ser legítima. Quanto à tentativa de alusão ou inferência que está subjacente, refutou, referindo não poder aceitar o que foi dito.-----

-----Prosseguindo, a Vereadora do PSD, Rubina Leal, entregou um Voto de Pesar pelo falecimento da artista plástica Guilhermina da Luz, a fim de ser agendado para a próxima semana.-----

-----Continuando, a Vereadora Rubina Leal, do PSD, disse que o Regimento permitia a apresentação de votos e que estes poderiam ser discutidos no “Período Antes da Ordem do Dia”, ao que o Vice-Presidente, Miguel Gouveia, esclareceu que poderiam ser discutidos mas não votados, já que para tal, teriam de ser incluídos no período da “Ordem do Dia”.-----

-----Seguidamente, a Vereadora Rubina Leal, do PSD, refutou

afirmando que o Regimento não era claro nesse aspeto, tendo o Vice-Presidente, Miguel Gouveia, dito que “este tem sido o entendimento e poderá ser discutido qualquer assunto no “Período Antes da Ordem do Dia” mas que, para ser votado, deverá ser incluído na “Ordem do Dia”.-----

-----Continuando, a Vereadora Rubina Leal, do PSD, entregou também um Voto de Protesto pelas ausências do Presidente da Câmara, não pelo facto de não estar nas reuniões, mas sim pela cidade se encontrar sem liderança. “É o Presidente de Câmara que deveria estar em funções mas afigura-se que esteja em campanha eleitoral”, acrescentou.-----

----- - Intervindo sobre esta questão, o Vice-Presidente, Miguel Gouveia, informou: “Neste momento e até ao dia 22 de fevereiro, o Presidente está a gozar um período de férias. Na semana passada, o Presidente teria estado presente na reunião caso o voo em que regressava, na 4ª feira, não tivesse divergido para Lisboa, tendo sucedido o mesmo na 5ª feira e que até foi objeto de comunicado de alguns partidos o relato da experiência que tiveram. Esta semana, estando de férias, tem a liberdade de fazer o que entender e este deveria ser um assunto pessoal e não objeto de discussão em reunião de Câmara, compreendendo que, politicamente, queiram trazer o assunto para a “Ordem do Dia”. Basta consultar as Atas e ter sido tornado público que o anterior Presidente esteve ausente em 1/3 das reuniões e que, se acham que o facto de o Presidente tirar uma semana de férias está a incumprir com os

seus deveres para com a cidade, têm a memória curta, já que com o anterior Presidente de Câmara as ausências foram mais que muitas, quem sabe para ir a consultas a Lisboa. Será que o problema já existia?”-----

----- - Usando da palavra, o Vereador Elias Gouveia, do PSD, referiu a circunstância de no Ribeiro do Lazareto ter sido encerrada uma área de passagem com a colocação de uma porta e uma rede, interditando a circulação de alguns moradores, alertando para esta situação anómala, questionando, a este propósito, se a Câmara tivera conhecimento e que medidas pretendia tomar. -----

-----Continuando, disse que na Rua Dr. Fernão de Ornelas e não propriamente devido às obras que ali decorrem, alguns comerciantes estariam a ocupar abusivamente a via pública, numa área de passagem dos peões que já por si só está reduzida em consequência das referidas obras, opinando que a Autarquia deveria ter um papel mais interventivo no sentido de mitigar estes abusos. Questionou depois quais as medidas que a Câmara pretende tomar.-----

----- - Relativamente a esta última questão, o Vereador João Pedro Vieira, da Confiança, informou que antes de ter sido noticiada esta situação a Fiscalização Municipal já estivera no local, procedendo a uma notificação.-----

----- - Sobre a situação do Ribeiro do Lazareto, o Vice-Presidente, Miguel Gouveia, esclareceu já ter estado no local após o encerramento da passagem, e que, de momento, estava em

processo de averiguação se a mesma seria do domínio público municipal ou de domínio hídrico no sentido de ser tomada uma medida, pelo que a situação estava a ser analisada e seriam tomadas as devidas providências, caso se verificasse que é de domínio público, no sentido da reposição das condições anteriores.-----

-----Retomando a palavra e relacionado com a questão das ausências, referida anteriormente, a Vereadora Rubina Leal, do PSD, disse: “Para nós o mais importante é a cidade, mas aquilo que foi dito por quem Preside esta reunião, nomeadamente o comentário a propósito da sua argumentação sobre as ausências do ex-Presidente de Câmara “é que não sei se foi para uma consulta em Lisboa, ...não sei se já existia problema”, questionamos o que quererá dizer com isto?”-----

----- - Respondendo, o Vice-Presidente, Miguel Gouveia, esclareceu que “num aparte, como figura regimental das reuniões de Câmara, referi o problema que está na ordem do dia, a saúde, e que as declarações foram públicas e não ditas por mim. O que argumentei foi que o Presidente da Câmara está de férias e que na semana passada não esteve presente devido à inoperacionalidade do aeroporto. Acrescentei que no mandato anterior, existiram 33% de faltas do anterior Presidente e referi num aparte, num assunto da ordem do dia, que na mesma semana que se verifica um problema da saúde na Região com repercussão a nível nacional, o Presidente do Governo Regional está ausente da tomada de posse do novo

Bispo porque se deslocou a Lisboa a uma consulta.”-----

----- - Intervindo novamente, a Vereadora Rubina Leal, do PSD, reforçou que, o que foi referido pelo Vice-Presidente, Miguel Gouveia, foi que as faltas de 1/3 do antigo Presidente de Câmara foram “...não sei se para consultas em Lisboa. Não sei se já existia o problema...”-----

-----O Vice-Presidente, Miguel Gouveia, referiu “como aparte em virtude das declarações que o atual Presidente do Governo fez ao novo Bispo, dando a desculpa pela ausência na tomada de posse, no último domingo, onde referiu “...não pude estar presente porque estava ausente numa consulta em Lisboa”, o que não deixa de ser caricato que, conhecidos os problemas da saúde na Madeira, o mesmo tenha uma consulta de rotina em Lisboa, conforme referido pelo próprio. Qualquer outra interpretação que queira fazer pode fazê-lo, mas está a distorcer o que eu disse.”-----

----- - Tomando a palavra, a Vereadora Ana Cristina Santos, do CDS/PP, sobre os semáforos sonoros existentes no cruzamento da Rua do Bom Jesus com a Rua 31 de Janeiro, e apesar de ter conhecimento de uma Lei que prevê a colocação deste sinal sonoro para facilitar os portadores de deficiência, disse ter sido abordada por alguns comerciantes, questionando a possibilidade do volume do referido sinal poder ser diminuído.-----

-----Continuando, esta mesma Vereadora, questionou o ponto de situação do “Cartão Eco Funchal”, ao que a Vereadora Idalina Perestrelo, da Confiança, informou que “conforme já referido ao

vosso anterior Vereador, Luís Miguel Rosa, existiu a sugestão, por parte do Executivo, de arrancar com este Cartão através das escolas, o que foi aceite. Está sendo preparada a sua implementação pelos serviços competentes e dando continuidade ao projeto apresentado pelo CDS/PP”.

-----De seguida, a Vereadora Idalina Perestrelo, da Confiança, deu conhecimento do 1º Encontro do Conselho Local de Acompanhamento do ClimAdaPT.Local, no âmbito da Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas (EMAAC) e que terá como orador convidado José Sá Fernandes, Vereador da Câmara Municipal de Lisboa, que partilhará neste encontro a sua experiência enquanto responsável por esta temática na maior Autarquia do País. “Este encontro irá envolver diversas entidades locais e dirigentes da Autarquia, estando planeado um balanço à implementação das estratégias de adaptação definidas pelo Município ao longo dos últimos anos. A 2ª parte inicia-se com o orador convidado e será pública. Recordo que o Funchal foi, em 2016, uma das primeiras cidades do País a aprovar uma Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas, no âmbito do projeto ClimAdaPT.Local. Refiro ainda que as alterações climáticas são uma preocupação global que está cada vez mais presente na agenda da opinião pública e dos decisores políticos. Foi precisamente esse o compromisso assumido pelo Município do Funchal no final de 2016, com a aprovação de uma Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas, na qual estão

vertidas as linhas orientadoras de atuação, depois de identificadas as várias vulnerabilidades do concelho aos fenómenos climáticos extremos. Aproveito a ocasião para convidar os Senhores Vereadores a assistirem à 2ª parte, com início por volta das 16:30h”.

----- - Intervindo a Vereadora Rubina Leal, do PSD, agradeceu o convite dizendo, contudo, serem Vereadores sem Pelouro e por esse facto, terem as suas atividades profissionais, pelo que agradecia que efetuassem os convites com maior antecedência, além de que, por serem Vereadores da Câmara devem ter conhecimento prévio destes eventos.

----- - Respondendo, a Vereadora Idalina Perestrelo, da Confiança, esclareceu que foi feita divulgação do evento e encontrava-se publicitado no site da Autarquia

----- - Por sua vez, a Vereadora do PSD, Joana Silva, disse que pelo facto de serem Vereadores sem Pelouro, têm direito a trinta e duas horas mensais, o que os obrigava a comunicar com a antecedência de vinte e quatro horas as suas ausências, daí o facto de solicitarem que os convites sejam efetuados com antecedência, de forma a poderem estar presentes.

----- - Usando da palavra, o Vice-Presidente, Miguel Gouveia, e relacionado com o 20 de fevereiro, referiu: “Saíram ontem algumas considerações sobre a aplicação da Lei de Meios. Recordo que ainda continua por executar um conjunto de obras e que não poderia ficar calado quando vejo reconstruções, através da Lei de

Meios, para parques de estacionamento no centro da cidade, quando temos, desde o início do ano passado, um conjunto de intervenções a carecer de financiamento desde a altura do 20 de fevereiro, sendo a mais premente a canalização do ribeiro do Largo da Fonte, havendo um ofício do Governo a informar que estariam a desenvolver o projeto para a canalização deste ribeiro, mas a verdade é de que não há, nem houve, qualquer informação adicional sobre este assunto e não se vislumbra nenhuma das que são as preocupações da Câmara Municipal do Funchal”.-----

---Nesta altura, o Vice-Presidente, Miguel Gouveia, procedeu à entrega aos Vereadores presentes de cópia de um ofício enviado ao Governo, no ano passado, contendo a lista das obras que a Câmara julgava estar em falta ao abrigo da Lei de Meios.-----

-----Continuando, o Vice-Presidente, Miguel Gouveia, referiu: “Tive oportunidade de ler as afirmações do Vereador Jorge Vale, com alguma desonestidade intelectual, tentando vender a ideia que o saldo de gerência poderia servir para devolver o IRS aos funchalenses, quando deveria saber que estas receitas são consignadas, quer as que constam no empréstimo, quer as que constam de aprovações de candidaturas a fundos comunitários, sabendo que a Câmara não poderá aplicá-las noutros propósitos, discordando por isso, com a abordagem feita pelo Senhor Vereador, tanto mais que desempenha funções na Secretaria que tem a tutela e a possibilidade de devolver os 8 milhões de euros a mais de IRS aos funchalenses, que o Governo Regional arrecadou em 2017 e

2018, sendo que em termos de IVA, recebeu um incremento no valor de 40 milhões de euros e a haver devolução, deverá ser o Governo Regional a efetuar-la”.-----

-----Seguidamente o Vice-Presidente, Miguel Gouveia, disse aguardar que lhe fosse mostrado no PIDDAR onde é que está prevista a ETAR do Funchal.-----

----- - Intervindo e sobre esta questão, o Vereador Jorge Miguel Fernandes, do PSD, disse ficar satisfeito pelo facto do Executivo estar atento à opinião veiculada e às soluções propostas pelos Vereadores da oposição. “Relativamente ao PIDDAR, como referi anteriormente, estiveram previstas verbas em 2016, 2017 e 2018”, acrescentou.-----

---Este mesmo Vereador procedeu depois à entrega ao Vice-Presidente duma cópia onde constam as verbas relativas aos anos referidos, bem como a folha de rosto do formulário de candidatura para a ETAR do Funchal, a ser submetida pela Autarquia.-----

-----O Vice-Presidente, Miguel Gouveia, referiu que “em 2016 esteve contemplado o projeto de recuperação e ampliação da ETAR com 1 milhão e 710 mil euros de financiamento. Em 2017 o mesmo projeto estava contemplado com a mesma verba sendo que, em 2018, desapareceu a contemplação do mesmo. O documento apresentado pelo Senhor Vereador é de 2016 e foi aprovado neste ano, e, sendo plurianual, não significa que esteja atualizado, já que todos os anos é necessário a inscrição, questionando, a este propósito, onde está a inscrição das verbas para 2018. No PIDDAR

de 2018, que contempla uma plurianualidade até 2020, nada consta sobre a ETAR e no de 2019 também não existe nenhuma referência”.-----

----- - Intervindo novamente sobre esta questão, o Vereador Jorge Miguel Fernandes, do PSD, refutou: “Não aceito insinuações ou acusações. O que foi dito foi que a verba esteve prevista em 2016, 2017 e 2018 e que os valores apresentados não enganam. Esta discussão é inócua porque se o projeto da ETAR tivesse sido completado e candidatado poderiam reclamar as verbas mas não têm o direito de fazer porque não candidataram esse projeto, porque caso o mesmo avance com certeza irão existir verbas para a sua execução. Importa sim, saber quando o projeto irá ser executado e não onde está o dinheiro”.-----

----- - O Vice-Presidente, Miguel Gouveia, lembrou que “este projeto da ETAR já deveria ter estado na “mesa” desde 1993. Foi só depois do presente Executivo entrar em funções que o projeto foi desenvolvido estando, neste momento, a ser revisto, por solicitação e aconselhamento da Secretária Regional do Ambiente”.-----

----- - Usando da palavra, o Vereador Elias Gouveia, do PSD, revelou estar triste com a dialética que tem vindo a ser praticada nas reuniões de Câmara e que poderiam redimir as diferenças políticas mas tem sido recorrente a utilização desta natureza. “Dou como exemplo a descrição feita noutra reunião sobre o historial das hortas dos Salões, em São Gonçalo, lembrando que também tem havido situações semelhantes com este Executivo,

nomeadamente, ao nível do abate de árvores que precederam o procedimento. Este discurso é redundante porque acabam por ser estéreis e é necessário que se faça uma autocritica antes de criticar os outros”.

----- - Intervindo o Vice-Presidente, Miguel Gouveia, referiu que quando procede a uma acusação, normalmente tenta ser consequente e demonstra-o com factos.

----- - Por último, o Vice-Presidente, Miguel Gouveia, esclareceu que “no próximo dia 23 de fevereiro, será descerrada uma placa alusiva à Orquestra Clássica da Madeira, no Teatro Municipal Baltazar Dias e, a esse propósito, será agendada, na próxima semana, a ratificação do Voto de Louvor proposto por esta Autarquia a esta Orquestra”.

-----**ORDEM DO DIA**-----

---Iniciou-se a apreciação dos assuntos constantes da ordem do dia e pela sequência nela prevista:-----

1 - PRÉMIO MUNICIPAL MARIA AURORA:-----

----- - **Nomeação do Júri para o Prémio Municipal Maria Aurora:** - Subscrita pelo Presidente da Câmara, foi presente a proposta de deliberação do seguinte teor:-----

---“Ao abrigo do art.º 9º do Regulamento do Prémio Municipal Maria Aurora, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal do Funchal, delibere a constituição do júri do Prémio Municipal Maria Aurora com a seguinte composição: - representante da Câmara Municipal do Funchal: Vereadora Maria Madalena Caetano

Sacramento Nunes (art.º 9º, a)); representantes do Departamento de Educação e Qualidade de Vida: Iolanda Catarina do Vale Lucas, Diretora do Departamento de Educação e Qualidade de Vida e José João Pereira Fernandes, técnico superior do Departamento de Educação e Qualidade de Vida (art.º 9º, b)); - representantes da sociedade civil: Profª Doutora Cristina Pinheiro e Prof. Doutor João Nelson Veríssimo (artº 9º, c))”.

--- - Intervindo sobre esta questão, a Vereadora Madalena Nunes, da Confiança, reforçou a criação deste prémio como instrumento de luta para os direitos da Igualdade. “Têm vindo a ser tomadas várias ações envolvendo todas as associações da Cidade que trabalham nesta área, em rede, de forma a dar visibilidade à temática da igualdade. Desde o Executivo anterior, a partir de 2013, que esta Câmara tem trabalhado de forma sistemática este assunto. Criámos o Conselho Municipal da Igualdade, convidando a população a realizar propostas de trabalho que a Câmara possa utilizar depois na intervenção com diferentes públicos-alvo. A nossa preocupação inicial tem-se prendido mais com as questões da Igualdade entre homens e mulheres. Mas a temática da igualdade é muito mais abrangente. De acordo com o regulamento, é necessário aprovar o júri. Por isso trazemos esta proposta que não é novidade, pois já trabalharam connosco neste prémio nas últimas edições. São pessoas conhecedoras das questões em concurso, bem das próprias regras do mesmo. Aproveito para realçar o valor monetário do prémio do concurso. Três mil euros é

um valor aliciante, precisamente para incentivar à participação e acrescentar novos contributos a esta temática. Este ano, o prazo para entrega dos trabalhos será alargado, de forma a dar oportunidade a um maior número de pessoas de prepararem os trabalhos. A data limite de entrega dos trabalhos é trinta e um de maio. Aproveito ainda para vos convidar para a nossa celebração do dia 8 de março. Vão receber o convite, como habitualmente, mas fica já aqui a confirmação de que de manhã, na Praça do Município, teremos intervenções da nossa Conselheira da Igualdade e do Presidente da Câmara. Segue-se uma performance artística pela Associação “Olho-te”, a projeção de um conjunto de vídeos pela rede “ex aequo” sobre o que é ser mulher, seguido de um lanche no átrio da Câmara. Este ano, e devido à data do Carnaval, as celebrações irão concentrar-se num único dia, 8 de março. Esta é uma causa que ultrapassa a política e os partidos, pelo que todas as pessoas são bem-vindas. Habitualmente, celebramos os dias temáticos e estendemos as comemorações por uma semana. Fazemos isso com o Dia das Mulheres, o Dia Municipal para a Igualdade, 24 de outubro, e 25 de novembro, erradicação da violência contra as mulheres. Acertamos as atividades com as entidades parceiras desta área de maneira a dar mais visibilidade ao seu trabalho e às dinâmicas das temáticas. Tentamos não sobrepor as atividades uns dos outros de forma a permitir a adesão de mais público”, realçou.-----
--- - Usando da palavra, a Vereadora Joana Silva, do PSD, deu os

parabéns pela realização deste prémio, referindo que os trabalhos apresentados no ano passado foram de grande qualidade, revelando o grande interesse por parte dos participantes e realçando que dentro da temática é um prémio de excelência.-----

--- - Posta à votação, foi aprovado por unanimidade.-----

2 - REGULAMENTO MUNICIPAL DO RECONHECIMENTO E PROTEÇÃO DAS “LOJAS COM HISTÓRIA” NO FUNCHAL:-----

----- - **Distinção “Lojas com História” - Publicitação da Proposta de Decisão de Reconhecimento:** - Acompanhada do

respetivo processo, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a seguinte deliberação, subscrita do Presidente da Câmara:-----

---“Considerando que: a) A 26 de julho de 2018, foi publicado em Diário da República e Regulamento n.º 460/2018, designado Regulamento Municipal do Reconhecimento e Proteção das “Lojas com História” no Funchal (adiante Regulamento), com o objetivo de apoiar e promover o comércio tradicional desta Cidade, bem como as lojas mais emblemáticas e com maior longevidade, definindo as regras que definem os parâmetros de reconhecimento, proteção e apoio aos estabelecimentos supra referenciados, de forma a dar execução ao regime introduzido pela Lei n.º 42/2017, de 14 de junho; b) Segundo o n.º 1 do artigo 6.º do Regulamento, compete ao grupo de trabalho, nomeado por despacho do Presidente da Câmara, apreciar as candidaturas à distinção “Lojas com História”, com base nos critérios definidos naquele diploma; c) De acordo com o n.º 1 do artigo 5.º do Regulamento, o procedimento de

reconhecimento inicia-se oficiosamente ou a requerimento; d) Recorrendo à faculdade contida no preceito referido na alínea anterior, foram submetidos oficiosamente à apreciação do grupo de trabalho, seis estabelecimentos: - Bordal – Bordados da Madeira, Lda.; - Fábrica Santo António (Francisco Roque Gomes Silva, Sucessor, Lda.); - Loja de Ferragens António Faustino de Abreu (António Faustino de Abreu, Lda.); Farmácia Portuguesa (Andrade Dionísio & C^a. Lda.); - Livraria Esperança (Fundação Livraria Esperança, IPSS); Barbearia Turista, Lda. e) O grupo de trabalho analisou os elementos constantes em cada dossier de candidatura, visitou os locais, falou com os respetivos lojistas e obteve a pontuação que consta nas grelhas em anexo à informação conjunta. f) Nos termos constantes daquela informação conjunta, face à avaliação obtida por cada um dos estabelecimentos e considerando o artigo 6º., da Lei n.º 42/2017, de 14 de junho, o grupo de trabalho propôs à Câmara Municipal do Funchal, entidade competente para a decisão de reconhecimento, que seja atribuída a distinção “Lojas com História” aos seis estabelecimentos acima indicados. g) Antes da decisão final deverão ser ouvidas as Juntas de Freguesia em cuja circunscrição se localize o estabelecimento a reconhecer, que no presente caso são a Junta de Freguesia da Sé (Bordal, Fábrica Santo António. Farmácia Portuguesa, Livraria Esperança e Barbearia Turista) e de São Pedro (António Faustino de Abreu, Lda.), dando-lhe a conhecer a proposta de decisão de reconhecimento (lista de estabelecimentos

a distinguir); h) De igual forma, antes da decisão final, deverá ser submetida a consulta pública, pelo período de 20 dias úteis, a proposta de decisão de reconhecimento. Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal do Funchal delibere o seguinte: 1 – Solicitar à Junta de Freguesia da Sé e à Junta de Freguesia de São Pedro que se pronunciem, querendo, sobre a proposta de decisão de reconhecimento, concedendo para tal um prazo de 20 dias úteis; 2 – Promover, nos termos do n.º 1 do artigo 7.º do Regulamento, a consulta pública, da seguinte forma: - Edital afixado nos locais de estilo, ininterruptamente durante o período de 20 dias úteis, do qual conste a proposta de decisão de reconhecimento (lista de estabelecimentos a distinguir); - Disponibilização da proposta de decisão de reconhecimento (lista de estabelecimentos a distinguir), no sítio oficial da internet do Município do Funchal, acompanhado do edital que anuncia a apreciação pública, durante o período de 20 dias úteis; - Publicação do edital de consulta pública num diário de âmbito regional; - Disponibilização para consulta ao público da proposta de decisão de reconhecimento nas instalações do Balcão do Investidor desta Autarquia, todos os dias úteis, no horário compreendido entre as 11 horas e as 16 horas, pelo período indicado. A data a considerar para a contagem dos 20 dias úteis, prazo para que os interessados apresentem as suas sugestões, por escrito, é a da publicação no sítio oficial da internet do Município do Funchal. 3 – Que tais consultas decorram em simultâneo, por

uma questão de economia processual, de modo a que os contributos que daqui resultem sejam analisados numa mesma oportunidade. Após o decurso do prazo de consulta pública, será elaborado pelo grupo de trabalho um relatório final, que refletirá as participações eventualmente recebidas. Este relatório será submetido a deliberação da Câmara Municipal, para aprovação definitiva da atribuição da distinção”.-----

--- - A Vereadora Rubina Leal, do PSD, questionou se já não existia um projeto da Câmara, das “Lojas com História”, ao que o Vice-Presidente, Miguel Gouveia, informou que “é este e neste momento, está em causa a criação de um regulamento para a constituição de um grupo de trabalho que, com base numa matriz, irá propor que as Lojas sejam classificadas e distinguidas como Loja com História, sendo esta a primeira proposta e relatório desse grupo de trabalho”.-----

--- - Intervindo sobre esta questão, a Vereadora Joana Silva, do PSD, questionou se foram as lojas que se propuseram ou teriam sido identificadas pelos serviços, ao que o Vice-Presidente, Miguel Gouveia, respondeu que foram identificadas as lojas que se qualificavam dentro dos parâmetros para serem classificadas como tal, no centro do Funchal.-----

--- - Continuando, a Vereadora Joana Silva, do PSD, questionou se existia a perspetiva de alargamento desta distinção à restante cidade, tendo o Vice-Presidente, Miguel Gouveia, referido que, de momento, incidia sobre as freguesias da Sé e São Pedro o que não

significava que posteriormente pudesse ser alargada a área de atuação.-----

--- - Usando da palavra, a Vereadora do PSD, Rubina Leal, questionou se esta distinção implicaria um apoio ou alguma benesse, ao que o Vice-Presidente, Miguel Gouveia, informou que com esta distinção as lojas poderiam candidatar-se a apoios previstos para a reabilitação daqueles espaços.-----

--- - Intervindo a Vereadora Madalena Nunes, da Confiança, por sua vez, acrescentou ainda que o Departamento de Economia e Cultura realizara várias reuniões com os proprietários da Lojas, de forma a incentivá-los e ajudá-los a manter a tradição dos negócios, ao que a Vereadora Rubina Leal, do PSD, referiu que “a maioria das Lojas apontadas estão estáveis e têm sido subsidiadas”.-----

--- - Usando da palavra, o Vereador Jorge Miguel Fernandes, do PSD, questionou se existia um galardão, ao que o Vice-Presidente, Miguel Gouveia, informou que teriam um dístico das Lojas com História.-----

3 – URBANISMO:-----

-----3.1 - Área de Reabilitação Urbana (ARU) /Benefícios

Fiscais: - Em face do requerimento de Ana Paula Anjo Franco Nunes (proc° 19116/17, sub-proc° 2018000363), solicitando a atribuição de benefícios fiscais associados à Área de Reabilitação Urbana (ARU) decorrentes da execução da obra de reabilitação do imóvel situado à Rua dos Ferreiros, número cento e quarenta, freguesia de São Pedro, a Câmara deliberou deferir, por

unanimidade, com base e nos termos da informação da Divisão Jurídica (refª 28-DJF/DJ/2019).-----

4 – PESSOAL:-----

-----**4.1 – Processos Disciplinares:** - Em presença do processo disciplinar (nº 19/2018), instaurado ao funcionário (nº 11057), Assistente Operacional (Cantoneiro de Limpeza), a exercer funções no Departamento de Ambiente – Divisão de Remoção de Resíduos, a Câmara deliberou, por unanimidade, mediante escrutínio secreto, arquivar, nos termos e com os fundamentos do relatório final.-----

----- - Perante o processo disciplinar (nº 20/2018), instaurado ao funcionário (número 9340), Assistente Operacional (Condutor de Máquinas Pesadas e veículos Especiais), a exercer funções no Departamento de Ambiente – Divisão de Remoção de Resíduos, a Câmara deliberou, por unanimidade, mediante escrutínio secreto, arquivar, nos termos e com os fundamentos do relatório final.-----

----- - Face ao processo disciplinar (nº 21/2018), instaurado ao funcionário (número 7327), Assistente Operacional (Cantoneiro de Limpeza), a exercer funções no Departamento de Ambiente – Divisão de Remoção de Resíduos, a Câmara deliberou, por unanimidade, mediante escrutínio secreto, arquivar, nos termos e com os fundamentos do relatório final.-----

----- - Em presença do processo disciplinar (nº 23/2018), instaurado ao funcionário (nº 5863), Assistente Operacional (Condutor de Máquinas Pesadas e Veículos Especiais), a exercer

funções no Departamento de Ambiente – Divisão de Remoção de Resíduos, a Câmara deliberou, por unanimidade, mediante escrutínio secreto, arquivar, nos termos e com os fundamentos do relatório final.-----

----- - Perante o processo disciplinar (nº 01/2019), instaurado ao funcionário (número 4987), Assistente Operacional (Cantoneiro de Limpeza), a exercer funções no Departamento de Ambiente - Divisão de Remoção de Resíduos, por falta de zelo e correção, a Câmara deliberou, por unanimidade, mediante escrutínio secreto, aplicar a pena de vinte (20) dias de suspensão, suspensa por um (1) ano, nos termos e com os fundamentos do relatório final.-----

ENCERRAMENTO: - Nada mais havendo a tratar, o Vice-Presidente da Câmara deu por encerrada a reunião às doze horas e dez minutos.-----

De tudo para constar se lavrou a presente ata que eu, Chefe de Divisão de Atendimento e Administração, na qualidade de Secretária, a redigi e subscrevo.-----

Nota: Ata publicitada pelo Edital nº 87/2019, publicada nos locais de estilo.